5 COAIC
COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
Gestão, Organização e Compartilhamento de Conteúdos Informacionais
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Ciência da Informação UEL
UEL
24&25 agosto.2021

**EIXO TEMÁTICO:**
Compartilhamento da Informação e do Conhecimento

# COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO À INFORMAÇÃO

## *INFORMATION LITERACY AND ADDRESSING GENDER INEQUALITY IN ACCESS TO INFORMATION*

Ana Maria Mendes Miranda anamirandamm@gmail.com
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI-UEL).

Adriana Rosecler Alcará adrianaalcara@gmail.com
Doutora em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF). Docente no curso de Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

**Resumo:** Esta comunicação se apresenta como um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento que investiga as relações da competência em informação com a emancipação da mulher. Nesse contexto, visa estabelecer aproximações, ainda em fase exploratória, em âmbito brasileiro da competência em informação como ferramenta de enfrentamento à desigualdade de gênero no acesso à informação. Sobre os procedimentos metodológicos, essa pode ser considerada uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico. Como resultado foi possível identificar que a informação tem papel relevante no desenvolvimento da identidade de coletivos de mulheres, a biblioteca se apresenta como espaço relevante para acesso à informação por grupos de mulheres marginalizadas e as habilidades informacionais permeiam o processo de compreender as opressões sofridas no patriarcado. Foi possível concluir que a competência em informação se apresenta como possibilidade de enfrentamento à desigualdade de gênero no acesso à informação, entretanto as pesquisas ainda têm sido incipientes sobre essa temática no âmbito da competência em informação no Brasil.

**Palavras-chave:** Competência em informação. Feminismo. Mulher.

**Abstract:** This communication is presented as an excerpt of a research in progress that investigates the relationship between information literacy and women's emancipation. In this context, it aims to establish approaches, still in the exploratory phase, in the Brazilian context of information literacy as a tool to combat gender inequality in access to information. About the methodological procedures, this can be considered an exploratory research, with a qualitative approach and bibliographic design. As a result, it was possible to identify that information has a relevant role in the development of the identity of women's collectives, the library presents itself as a relevant space for access to information by groups of marginalized women and informational skills permeate the process of understanding the oppressions suffered in patriarchy. It was possible to conclude that the information literacy presents itself as a

possibility to face the gender inequality in the access to information, however research has still been incipient on this theme in the scope of information literacy in Brazil.

**Keywords:** Information literacy. Feminism. Women.

# 1 INTRODUÇÃO

A informação se apresenta como aspecto fundamental no desenvolvimento das atividades humanas, sejam aspectos materiais, econômicos ou sociais. A informação é essencial no desenvolvimento da sociedade e na relação dos seres humanos com eles mesmos, com os outros e com o ambiente ao seu redor. Pondera-se que a informação tem potencialidades distintas dentro do sistema, podendo se apresentar como forma de perpetuação do status quo e opressão dos indivíduos marginalizados ou como ferramenta de construção de uma consciência emancipadora dos sujeitos. Referente a isso, é relevante pontuar que ainda que se tenha aumentado as formas de acesso à informação, esta ainda tem sido distribuída de forma desigual, principalmente entre países centrais e periféricos (THEIS, 2013).

Quanto à informação para emancipação dos sujeitos, esta pode contribuir auxiliando na conscientização dos seres humanos sobre sua condição de oprimido e no desenvolvimento de estratégias de luta contra essa opressão. Desse modo, é relevante que os sujeitos desenvolvam habilidades que o permitam buscar e utilizar a informação para a construção de processos contra hegemônicos. Tais habilidades em relação à informação, devem ser desenvolvidas em paralelo com conhecimentos e atitudes, permitindo a construção da competência em informação.

Cabe salientar que a competência em informação se define como um “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica” (DUDZIAK, 2001, p. 143). Tal definição, permite refletir que a competência em informação pode permear o processo de formação dos sujeitos, os permitindo reconhecer questões informacionais relevantes a sua condição social, assim como o permite agir de forma ética e reflexiva frente às informações recuperadas, se tornando relevante para atuação contra as diversas formas de opressão.

No que se refere a estas opressões, esta pesquisa visa tratar da opressão sofrida pelas mulheres. Para Saffioti (1987) homens e mulheres não ocupam as mesmas posições na sociedade. Tanto a identidade social do homem, quanto da mulher é construída por meio de atribuição de diferentes papéis, os quais a sociedade espera que seja cumprido pelas diferentes categorias de sexo, delimitando desta maneira, em quais pontos a mulher deve atuar, e quais deles é atuação do homem,

essa separação é conceituada como divisão sexual do trabalho.

No processo de divisão sexual do trabalho, ancorado em argumentos tais como da “natureza feminina”, à mulher é delegado o cuidado com a casa e com os filhos, geralmente, trabalho esse, não remunerado. Além disso, a opressão de classe também cai sobre a mulher, já que o desenvolvimento do capitalismo, e a necessidade de mão de obra feminina, fazem com que as mulheres proletárias enfrentem jornadas duplas de trabalho, cuidando da casa e dos filhos e trabalhando em fábricas ou em casas de outras famílias. Nesse contexto, as mulheres iniciam seu processo de luta por emancipação “[...] a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente ‘evidente’ que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres [...]” (KERGOAT, 2003, p. 2). Infere-se, que o acesso à informação se apresenta como um caminho para a conscientização dos sujeitos sobre sua condição na sociedade. Nessa perspectiva, a informação, tal como a educação, a arte e a cultura, podem se tornar essencial na formação de pessoas mais reflexivas e críticas sobre sua condição de oprimido.

Assim, o “[...] acesso à informação é um direito instrumental para combater a desigualdade de gênero, especialmente no que tange à promoção de uma vida livre de violência e de discriminação.” (PAES, 2016, p. 6).

Cabe pontuar que, conforme argumenta Santo (2008), não é possível ignorar que ainda na atualidade, as relações de gênero permeiam as relações sociais baseada em desigualdades. Para a autora, é necessário que as ciências, e nesse caso, especificamente a Ciência da Informação, “[...] invistam em estudos que possam detectar as desigualdades de gênero, buscando alternativas para modificar esse quadro.” (SANTO, 2008, p. 327). De acordo com a autora, é essencial para o campo da informação estudar sistematicamente os impactos sociais e culturais dos processos informacionais para as mulheres.

Indica-se que este é um estudo inicial que faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito de doutorado, que aprofundará as relações da competência em informação com a conscientização de mulheres e meninas, com objetivo de investigar suas contribuições para emancipação das mulheres. Nesse contexto, a reflexão sobre a desigualdade de gênero no acesso à informação passa a ser relevante, e, portanto, se apresenta como debate inicial apresentado nesta comunicação, que se caracteriza como uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico.

Para seu desenvolvimento foi realizado um levantamento no Google Acadêmico, Brapci e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) relacionando a competência em informação, aos temas gênero, mulher ou feminismo no título das publicações em língua portuguesa, sem delimitação temporal. Foram recuperadas dez publicações que relacionavam essas temáticas em seus títulos, entretanto nenhuma tratava especificamente da desigualdade de gênero no acesso à informação. Tendo isso em vista, os debates colocados aqui visam estabelecer em caráter exploratório algumas aproximações em âmbito brasileiro da competência em informação como ferramenta de enfrentamento à desigualdade de gênero no acesso à informação.

## 2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E O ENFRENTAMENTO A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO À INFORMAÇÃO

A despeito dos discursos da sociedade da informação, de que na contemporaneidade a informação seria acessível a todos, a informação pode ser compreendida como bem material disponível apenas para algumas parcelas da sociedade. Essa parcela, trata-se geralmente daqueles que possuem recursos para adquiri-la, na mesma medida em que é negada aos marginalizados do sistema capitalista.

Destaca-se que apesar da ampliação de acesso à informação promovida a partir do século XV, os grupos minoritários têm acesso restrito às informações. Para Pinheiro (2011, p. 67) desde o surgimento da imprensa de Gutenberg o acesso a materiais tem acontecido de maneira lenta e seletiva, isso porque mesmo após a invenção era preciso passar pelo processo educacional. Esse fator é ainda mais perceptível às mulheres trabalhadoras, as quais se somavam “[...] a desigualdade de gênero, apenas às mulheres abastadas era permitido o acesso ao mundo das letras.”

Mesmo com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) o acesso de minorias sociais à informação ainda é desigual, sendo que as mulheres ainda possuem condições de acesso desniveladas quando comparadas aos homens. Uma pesquisa realizada por Berrío-Zapata *et al.* (2019) estabelece que apesar da expansão dos estudos de gênero na América Latina, os debates relacionando esse aspecto com a exclusão digital ainda têm sido escassos. Os autores também apontam que estudos desenvolvidos em outros continentes indicaram que a redução na desigualdade de acesso às TIC não são a resolução para

os problemas de exclusão digital de gênero, mas se mostram como o princípio de um processo mais complexo de localizar as desigualdades no âmbito informacional.

Cabe pontuar que, conforme argumenta Santo (2008, p. 318), o conceito de gênero surge para auxiliar nas teorizações acerca da diferença social entre homens e mulheres. Tal conceito “rejeita termos como sexo e diferença sexual, porque esses remetem ao determinismo biológico. Enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por ele, nem determina a sexualidade.”

Sobre a desigualdade de gênero, o relatório da Organização das Nações Unidas[1], indica que o direito de mulheres e meninas de acesso à informação tem sido especialmente ameaçado. Para Paes (2016), a desigualdade de gênero gera distorções na efetivação do direito de acesso à informação, que apesar de garantida em documentos tais como a Carta Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal do Brasil ainda é desproporcional no que se refere às mulheres e demais grupos sociais vulneráveis. A autora ainda estabelece que a informação é essencial para questões como emprego, educação e saúde das mulheres. Mas também se apresenta como aspecto relevante para a tomada de decisões de mulheres em relação aos seus direitos, para participação na vida pública, para a tomada de consciência sobre violências de todos os tipos e para cobrança de seus direitos. Desta forma, a informação colabora para eliminar lacunas de gênero, melhorando oportunidades das mulheres, poder econômico e dando-lhes condições de agir sobre a hierarquia de poder masculino na sociedade.

Isto porque, ainda que o desenvolvimento de políticas públicas seja uma forma de democratizar o acesso à informação, tais esforços não têm sido suficientes para superar a histórica diferença causada por anos de negação escolar e informacional às mulheres e meninas. Neste aspecto, evidencia-se que de acordo com Paes (2016, p. 8)

> [...] práticas discriminatórias da nossa sociedade têm dificultado que as mulheres busquem e demandem informação pública. Problemas como falta de acesso à educação, baixo nível de poder econômico, restrições no acesso à tecnologia, além de outras barreiras sociais, acabam prejudicando o exercício do direito das mulheres de obter informação livremente. Muitas mulheres sequer sabem que podem buscar e demandar informações de interesse público, e onde essas informações estariam disponíveis.

---

[1] Disponível em: https://www.article19.org/data/files/gender_report_v1-3_full.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

Ao refletir acerca de práticas discriminatórias no processo de acesso à informação, é possível mencionar o relatório da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) "*Development and Access to Information"* de 2017, que indica que as bibliotecas têm menores índices de desigualdade de gênero do que demais espaços de acesso à informação. Segundo esse relatório, em países menos desenvolvidos, as bibliotecas se mostram mais acessíveis às mulheres do que outros recursos, isso porque as bibliotecas são tidas como espaços seguros, confiáveis e acessíveis. Esse espaço tem um impacto positivo especialmente alto para mulheres e meninas que participam de programas elaborados para desenvolvimento e ampliação de habilidades voltadas para competências informacionais e digitais.

O documento ainda indica que mulheres podem se beneficiar com a ampliação e democratização do acesso a informação, tanto para ocupar espaços na vida econômica e política, quando para realizar atividades em suas famílias e comunidades. Vale reforçar que, a maioria das mulheres não tiveram as mesmas oportunidades educacionais que os homens, e precisam de condições adicionais para ter acesso as tecnologias e à informação, assim como aplicar seus conhecimentos. É possível refletir que em "[...] sociedades dominadas por homens, as bibliotecas podem de fato ser o único local onde elas podem acessar a tecnologia e os treinamentos necessários [...]" para utilizar informação no sentido de agir sobre a sua realidade (IFLA, 2017, p. 8).

Compreende-se nesse sentido, o papel expressivo de profissionais da informação no enfrentamento à desigualdade de gênero e na democratização do acesso à informação. É plausível refletir que a biblioteca e o profissional da informação se apresentam como fator fundamental na disponibilização e democratização de acesso à informação por mulheres. Entretanto, mais do que acesso, é relevante que estas mulheres possuam habilidades informacionais, pensamento reflexivo e análise crítica, que lhes permitam utilizar tais informações para compreender e agir sobre os processos de opressão do sistema patriarcal ao qual estão submetidas.

Fields (2001) argumenta que uma importante contribuição dos bibliotecários para reduzir as desigualdades de gênero no ambiente informacional é testar novas estratégias de ensino para desenvolver a competência em informação em mulheres. Dessa forma, é possível inferir que a competência em informação se apresenta como ferramenta que amplia condições de busca e uso da informação, e pode se apresentar

como possibilidade nas ações promovidas para ampliar o acesso de mulheres e meninas.

Vale lembrar que para Vitorino e Piantola (2009, p. 136) uma perspectiva crítica da competência em informação pode se apresentar como uma “[...] ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas”.

No contexto das populações mais vulneráveis, a competência em informação precisa ser tratada de forma profunda, levando em consideração aspectos de diversidade e especificidades das demandas sociais desses grupos, nesse ponto Righetto, Vitorino e Muriel-Torrado (2018), salientam que aspectos informacionais podem ser utilizados por movimentos sociais para impulsionar suas lutas ou demandas. Nesse sentido, os estudos da competência em informação voltadas para minorias sociais, tais como o movimento para emancipação das mulheres, podem colaborar no equilíbrio entre conhecimento e acesso irrestrito à informação por todos, bem como a enfrentar preconceitos sociais, culturais, raciais, de gênero etc.

Corroborando com isso, Brisola e Romeiro (2018) consideram relevante o desenvolvimento de uma competência em informação baseada em uma leitura crítica da informação, possibilitando às pessoas serem autônomas e criativas para interferir na realidade, ampliando a participação cidadã dos sujeitos, visando a construção de uma sociedade mais justa e consciente, que possa ampliar suas produções para além das perspectivas hegemônicas capitalistas de produção de informação e do conhecimento.

Corroborando com tal argumento, Melo (2019, p. 97) em sua pesquisa com mulheres negras, identificou que a informação tem papel essencial no desenvolvimento da identidade de mulheres e meninas, nesse sentido, o acesso desigual a essas informações pode impactar em seus desenvolvimento social e subjetivo, potencializando as “[...] consequências da submissão/opressão que as marcações simbólicas lhes impõem [...]”. Nesse aspecto, a autora compreende que a competência em informação, sob uma abordagem crítica possui um papel social relevante, podendo se apresentar como ferramenta para minimizar os impactos do patriarcado, racismo e capitalismo sobre as mulheres.

Sobre a contribuição da competência em informação no enfrentamento às relações de submissão e opressão das mulheres, Melo (2019, p. 97) indica algumas habilidades iniciais identificadas:

> [...] a reflexão sobre suas necessidades informacionais; o desenvolvimento de um senso crítico informacional, no que diz respeito às informações e às situações que essas mulheres são submetidas; e o uso da informação construída como forma de empoderamento individual e coletivo.

Segundo a autora, é possível compreender que as habilidades informacionais já se apresentam no desenvolvimento das construções coletivas e emancipatórias de grupos de mulheres. Entretanto, a pesquisa só permite compreender os contextos específicos de mulheres, sendo que tais resultados não podem ser generalizados. Nesse sentido, as pesquisas e iniciativas de bibliotecários, cientistas da informação, e demais profissionais ligados ao campo informacional ainda são insuficientes para compreender as desigualdades de gênero no acesso à informação, ou as habilidades informacionais exigidas para mudar esses contextos.

Compreende-se ser relevante a apropriação de teorias feministas, por parte da Ciência da Informação e do campo da competência em informação, que podem subsidiar e contribuir com debates sobre políticas educacionais voltadas à formação de habilidades informacionais, garantindo uma participação mais ativa e igualitária para mulheres e demais minorias sociais. Logo, para políticas educacionais que visem a formação de sujeitos mais autônomos no trato com a informação e com questões midiáticas, é essencial que se leve em conta as diversas desigualdades entre os diferentes atores sociais (TEBALDI, 2017).

Por fim, é importante compreender a informação como essencial na consolidação dos direitos das mulheres, assim como a falta de informação pode levar a criação de políticas públicas inadequadas, restringir o desenvolvimento de pesquisas nessa área e comprometer o trabalho de organizações que visam a implementação dos direitos já conquistados (PAES, 2016). Reflete-se que a competência em informação se apresenta como um dos meios para realizar o enfrentamento a essas desigualdades. Isto porque seu desenvolvimento, de maneira contínua, crítica e ética, pode auxiliar a “[...] minimizar as desigualdades sociais e oportunizar o acesso e uso adequado da informação, promovendo oportunidades semelhantes às comunidades” (VITORINO, 2016, p. 388).

É possível refletir que a informação pode contribuir com a emancipação dos sujeitos, de forma que também pode exercer papel de influência no processo de conscientização e emancipação das mulheres. Nessa direção, é importante compreendermos como a competência em informação, enquanto área que estuda aspectos relacionados à busca e uso da informação pode se relacionar com as teorias feministas, visando promover uma formação humana e emancipatória aos sujeitos.

## 3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tendo isso exposto, entende-se que a formação para a competência em informação em mulheres deve estar atrelada aos debates sobre emancipação dessas mulheres, de forma que esta seja uma formação voltada para a conscientização de suas condições e para a luta contra sua exploração. Compreende-se também que a competência em informação pode colaborar com a formação de mulheres capazes de usar a informação para reconhecer seus direitos e a desenvolver sua capacidade de ação sobre a sua condição na sociedade.

Indica-se que ainda existe uma incipiência de produções que tratem das questões de gênero na Ciência da Informação, sendo esses debates quase inexistentes no âmbito da competência em informação. Torna-se então necessário que pesquisadores, profissionais e instituições não reforcem fatores como a falsa neutralidade do patriarcado, mas que compreendam que a informação não é neutra quando se trata de gênero, pelo contrário, assim como em outros grupos marginalizados a informação segue a fluxo de opressão da sociedade que a produz e compartilha. Sendo necessário uma práxis informacional que se direcione para a emancipação das mulheres.

Evidencia-se a relevância de ampliação dos estudos da competência em informação no campo das questões de gênero, e aprofundamento dos debates iniciados nesta pesquisa que pretendem ser realizados no âmbito da pesquisa de tese em desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

BERRÍO-ZAPATA, C.; SILVA, E. F.; GUARALDO, T. S. B.; CARVALHO, A. M. G. Exclusão Digital de Gênero: quebrando o silêncio na Ciência da Informação. **Revista**

**Interamericana de Bibliotecología**, Medellín (Colombia), v. 43, n. 1, p. eRv1-eRv1/14, 2020.

BRISOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 68-87, 2018.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2001.

FIELDS, A. M. Women's epistemological development: Implications for undergraduate information literacy instruction. **Research Strategies**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 227-238, 2001.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Development and Access to Information**, Netherlands. 2017. Disponível em: https://da2i.ifla.org/sites/da2i.ifla.org/files/uploads/docs/da2i-2017-full-report-es.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In:* **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres:** desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

MELO, D. A. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação**: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

PAES, B. **Acesso à informação e direito das mulheres**. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2016. Disponível em: https://artigo19.org/blog/2016/12/05/acesso-a-informacao-e-direitos-das-mulheres/. Acesso em: 21 jun. 2021.

PINHEIRO, A. dos S. Mulheres e leitura: entre regras sociais e escolhas pessoais. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 62-76, 2011.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 28, n. 1, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. Editora Moderna, 1987.

SANTO, P. E. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, 2008.

THEIS, I. M. A Sociedade do Conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual. **URBE Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 133-148, 2013.

TEBALDI, R. Contribuições das teorias feministas e dos estudos de gênero para os debates sobre alfabetização midiática e informacional. **RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 196-212, 2017.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação,** Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009.

VITORINO, E. V. Uma matriz para o desenvolvimento da competência em informação, sob o foco das dimensões técnica, estética, ética e política e a partir dos cenários de Brasil, Portugal e Espanha. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2016.